

## O LUGAR DO SUJEITO MORAL. TIPOLOGIA

Hubert LEPARGNEUR

### RESUMO

*Ao passar em revista a história da ética, o artigo procura determinar o lugar em que se situa o sujeito moral ou a voz ética que fala nele, em cada sistematização. Cabe distinguir entre o sujeito responsável, a origem transcendente da norma e/ou o ethos social que pesa sobre sua conduta. Pode ocorrer identificação que reforça a personalidade do sujeito, mas também um processo de diluição que ameaça de apagar sua figura na Nova Era.*

### RÉSUMÉ

*Passant rapidement en revue l'histoire de l'éthique, cet article tente de déterminer le lieu d'où part la norme qui s'impose au sujet moral. Une identification pratique peut tendre à unifier l'agent, sa divinité et/ou l'ethos de sa communauté; une autre tendance, perceptible avec la Nouvelle Ère, menace d'éteindre sa personnalité.*

**Locus regit actum** (o lugar determina o ato) diziam os romanistas. Tornou-se comum perguntar: De que lugar você fala? O discurso está situado em perspectiva, em razão do **locus** cultural de seu autor. Aqui vai ser tentado um passo a mais: onde se situa a consciência moral de um sujeito? De onde ele julga os outros, as situações e a si mesmo? O problema, obviamente, é mais hermenêutico do que geográfico. Outrora, ter-se-ia respondido: do lugar da consciência individual. Mas o que é a consciência e qual é sua soberania atual? Em seu **Dictionary of Philosophy**<sup>1</sup>, Simon Blackburn confessa que a consciência (**consciousness**) pode constituir o maior desafio de toda a filosofia, porque o termo parece fundamental, mas resiste à definição, quanto mais a consciência moral (**conscience**), pela qual a consciência psicológica percebe o bem a executar e o mal a evitar. Apesar das aparências tranquilizadoras de localização serena, o lugar do julgamento pode não estar exatamente onde aparece ou deveria estar. "Sou eu o guarda de meu irmão?" (Gên. 4, 9).

A relativização da distinção "objeto-sujeito" atingiu quase todas as ciências pela percepção da interferência do observador no observado, mas transtornou sobretudo as ciências humanas, em que o ser humano é testemunha dele mesmo. Entre estas disciplinas, a ética é facilmente mais atingida, porque pretende enunciar as normas de um processo eminentemente subjetivo, o julgamento de consciência que faz do homem um ser moral, por outro lado, a violenta crise cultural pela qual está passando o Ocidente neste fim de milênio, ao solapar as fundamentações religiosas já institucionalmente sedimentadas (as chamadas grandes religiões), frustrou o ethos de sua milenar estrela polar e dissolveu certo consenso num absoluto transcendente que costumava sustentar qualquer regulação ética, por diversificada que fosse.

É neste novo deserto, criado pela mão do homem, que temos de manter sociedades, nações, ao abrigo do excesso de violências que acabaria com a humanidade: tarefa hercúlea que exige muita intuição,

para adivinhar onde, no deserto, convém furar o poço que manteria viva a nossa espécie auto-rotulada **homo sapiens**.

A partir de onde construir a ética é um problema hermenêutico. Como demonstra sua própria história, a disciplina ética, de observação e mando, que era, passa a ser cada vez mais disciplina hermenêutica. Uma abordagem clássica e nunca esgotada procura desvelar o fundamento da ética, isto é, a fundamentação objetiva da regulação das consciências e das sociedades. Estamos aqui abordando o setor por outro enfoque, o do lugar do sujeito moral, o que exige uma explicação ou justificação prévia. Após uma breve **Justificação da perspectiva (I)**, discernimos, na **Proposição de tipologia de topografia (II)**, cinco polarizações: 1) O Ser ou Si-mesmo, 2) O Eu, 3) o Outro, 4) O nó comunicativo, e 5) o Cosmo. Virão em complemento **Topografias éticas atípicas (II)**: 1) Genealogia: lugar ou não-lugar? 2) A utopia, 3) O devir hegeliano, 4) Além do bem e do mal: Nietzsche. Restará tecer **Conclusões (IV)**.

## I. JUSTIFICAÇÃO DA PERSPECTIVA

1) CADA UM EM SUA TORRE? O individualismo não passa de versão moderna do hedonismo antigo. Após um moralismo exacerbado que multiplicou os pecados nos manuais dos confessores, os guris da limpeza da casa moral, ao aceitar o conceito de pecado, arriscam deixar em liça instintos e apetites conflitivos sem domador reconhecido. Ao antigo reino do político sucedeu o reino atual do econômico, movido pelo apetite de lucro. Não sem exagero irônico, George Bernard Shaw escreveu no prefácio de **Major Bárbara (1907)**: "O apreço universal para o dinheiro é o fato destacável da esperança em nossa civilização, o único lugar sadio em nossa consciência social..."

Não é irrelevante o dilema da modernidade que surge do virtual antagonismo entre um individualismo exacerbado pelo princípio de autonomia (dominante na bioética norte-americana e irradiante nos Direitos Humanos) e um amontoamento de novos problemas trazidos pela vida moderna, pela coexistência urbana, na ausência da diretividade outrora providenciada pela ética religiosa. Por outro lado, Luc Ferry reparou que o individualismo não significa apenas a vontade de produzir as próprias normas, mas ainda "a perda de um mundo comum", o mundo comum dos critérios éticos. Alguma compensação está sendo esperada da lei

histórica das alternativas que faz que a exacerbação de um pólo incentive o despertar do pólo oposto: na era do individualismo, muito se fala em participação e em comunicação.

2) TRIPÉ FUNDAMENTAL: SUJEITO, FONTE AXIOLÓGICA, ALVO. A ética é a ciência do agir humano enquanto norteado pela mente, em princípio responsável. Trata-se portanto do itinerário de um agente móbil, supostamente autodirigido. Em formulação simbólica, diremos que a ética é o mapa ou a bússola de um itinerário: "mapa" para quem acha que existe um o determinismo axiológico, normas eternas e princípios insuperáveis, "bússola" para quem cede ao empirismo do viajante que espera enfrentar "as alternativas das estradas oferecidas na prática, antes de intuir seu próprio caminho.

Nesta perspectiva, chegamos a equacionar a ética por um triângulo: o sujeito, a fonte da obrigação ou atração, a meta ou lugar-alvo onde a ética (bem pensada e efetivada na moral) entende levar o agente. Já dissemos que a reflexão mais consistente parece ter focalizado a fonte da obrigação (em morais do dever ou da lei natural) ou da atuação (em morais do hedonismo, do empirismo, da felicidade ou da beatitude).

Aqui vem uma advertência capital: em todo este estudo, temos de manipular termos distintos que, na realidade, confundem seus territórios: isto é, toda moral concreta, toda sistematização histórica que vier a ser aqui evocada, participa concretamente de várias orientações entre as quais arriscamos destacar aquela que predomina em nossa perspectiva. Assim, a moral aristotélica, como todas as éticas antigas, é uma ética da felicidade (equivalente à virtude), nas não deixa por isso de ser muito atrelada à visão que seu autor tem de natureza ou seja, das leis que lhe parecerem naturais. A ética católica decorre da crença numa certa Revelação confiada a uma Igreja fortemente institucionalizada, isto é, dirigida por uma hierarquia; mas esta hierarquia não cessa do proclamar que ela explicita a lei natural inscrita por Deus na criação.

Escolhemos investigar, numa perspectiva mais moderna e hermenêutica, não exatamente o lugar donde vem o impulso ético em si (obrigação ou não), divindade ou não, mas o lugar do sujeito moral isto é, do agente. Refletindo sobre esta opção, constatamos que o triângulo mencionado de algum modo desaparece, porque seus três pólos chegam a se confundir. 1) Toda a história da modernidade é a crônica da fusão do

sujeito moral com a fonte normativa de seu agir. A transcendência foi engolida pela imanência. 2) Na visão ética, o sujeito se projeta no seu alvo; ele internaliza seu fim ou sua meta. A ação moral, a moralidade, consiste em ir aonde já se concebeu estar; é tornar-se a si-mesmo; é processar historicamente o que já está resolvido ou obtido no fora interno. Para cada agente moral a história consiste, em princípio, em tornar o mundo mais coerente, ao fazer coincidir desejos ratificados e efeitos realizados. 3) Da fusão de 1 com 2 e de 1 com 3, resulta a fusão de 2 com 3. Isto é, o que polariza a ação moral, o que é o sentido da ação moral, é a coincidência entre certa necessidade e certo objetivo, numa fusão que caracteriza precisamente **obem**, objeto da moral. O alvo alcançado, o sujeito moral pode descansar e ver sua cabeça coroada pela virtude.

## II. PROPOSIÇÃO DE TIPOLOGIA DE TOPOGRAFIA

O lugar do sujeito moral é o lugar da luz encarregada de lhe apontar o caminho a ser seguido. Se o sujeito foge desta luz, ele não está no âmbito da moralidade. "Quem faz o mal odeia a luz e não se aproxima da luz, para que suas obras não sejam descobertas" (João 3, 20). O sujeito pode se enganar de luz, mas aceitando a luz que o torna autoresponsável, até certo ponto, ele é sujeito moral. A tipologia que aqui propomos é um esboço eminentemente aperfeiçoável, sobre o qual convém refletir com "espírito de fineza antes do que de geometria" (Pascal).

1) O SER O SI-MESMO. Nesta primeira colocação, vemos a consciência individual aderir a um transcendente que a ultrapassa. O sujeito é responsável, mas tem consciência de refletir e experimentar uma norma que vem do além. De certo modo o lugar do juízo é o absoluto, o Bem-em-si.

a) **Na colocação bíblica**, a referência é explicitamente Deus. "A lâmpada de Iavé é o espírito do homem, o qual esquadrinha o mais íntimo do corpo" (Prov. 20, 27). "Quem, dentre os homens, conhece o que é do homem, senão o espírito do homem que nele está?" (I Cor 2, 11). "Os gentios mostram a obra da lei gravada em seus corações" (Rm 2, 15). "Se a luz que há em ti são trevas, quão grandes serão as trevas" (Mt 6, 23). Nas morais do dever, em particular na moral kantiana, a consciência individual tem raízes neste transcendente virtualmente religioso. O mesmo se

repara nas doutrinas da "lei natural" construídas em dependência do dogma religioso da Criação.

Na ética que deriva do misticismo, em qualquer religião que seja, quer se trate de cabala, de sufismo ou de teilhardismo, dá para perceber uma ética indo além de todo racionalismo; envolve uma fé religiosa ou seu substituto. Análises finas encontram-se em **L'Action** (1893) de Maurice Blondel, onde lemos "Ser Deus sem Deus e contra Deus, ser deus por Deus e com Deus, eis o dilema." Já em Blondel, a coincidência do eu com a consciência não é nem espontânea nem primitiva, como deixa entender esta reflexão: "A opção é a forma necessária sob a qual a vontade, imposta a ela mesma, toma posse de si, a fim de querer aquilo que é, sendo o que ela quer." Esta perspectiva está sendo confirmada pelo seu competente comentador, Henry Duméry: "Para Blondel, a fim de obter o ser, o sujeito deve antes desprender-se de seu poder legislador, adequado apenas para a sistematização dos fenômenos. Deve, depois ou simultaneamente, inserir-se no movimento de regeneração que ultrapassa o plano de organização inteligível, porque dele é ao mesmo tempo o fundamento e o fim." Duméry explica que a idéia do ser em Blondel não equivale a um princípio transcendental na órbita do idealismo kantiano, "mas é a própria expressão do Transcedente."<sup>2</sup>

b) **A filosofia alemã** insiste particularmente sobre o ultrapassar da subjetividade. O idealismo fenomenológico de Husserl não encerra a consciência moral na subjetividade do eu: exige a relação intersubjetiva para fundar o mundo objetivo do sujeito transcendental. Mas o outro empírico de carne e osso passa por uma redução transcendental para integrar o lugar donde o sujeito possa ser agente ético.

Max Scheler acentua também a dimensão não redutível à imanência do sujeito moral. Ainda que o lugar do juízo moral seja de difícil definição, o indivíduo deve sair de suas avaliações subjetivas e particulares para alcançar um lugar (virtual?) onde os valores formam um sistema objetivo. A própria "pessoa" é considerada por Scheler ora como valor auxiliar ora como substrato ontológico pertencendo ao sujeito moral. Sabe-se que, ainda nas éticas mais recentes, as discussões sobre o abortamento deixaram transparecer que o conceito de **pessoa** flutua quer no lugar virtual dos valores culturais (tendência dos abortistas), quer no lugar biológico do ser humano (tendência da hierarquia católica). A pessoa pertence a dois mundos,

ao da existência objetiva, porque ela, é sempre a personalidade de um existente determinado, e ao dos conceitos operatórios de avaliação. No limite, seria preciso por uma realidade que seja, absolutamente e não mais relativamente, ao mesmo tempo um existente e uma fonte de avaliação; estamos assim levados a pensar que a moralidade introduz a uma realidade ou, pelo menos, a uma indicação positiva da existência de Deus" comenta Pierre Trotignon.<sup>3</sup>

Outro grande eticista alemão, Nicolau Hartmann tentou provar, pelo contrário, que a ética dispensa a religião e a própria existência de Deus, ao liquidar as falsas antinomias da consciência transcendente. Ao recusar o enfoque do **ente** (onde se aloja de algum modo a consciência) para focalizar constantemente o horizonte do Ser, além dele, Heidegger critica o "nihilismo" de uma fenomenologia imediatista do sujeito; valorizou assim uma modalidade secularizada da transcendência.

c) **A procura do Si-mesmo em Jung e Ricoeur.** A distinção do eu e do **Self (Selbst)** ou Si-mesmo deve evidentemente muito à psicanálise. Ela é fundamental para C. G. Jung. A moralidade, como a personalidade, é uma conquista, ou pelo menos uma aspiração em direção a um **Self** que escapa da análise e definição. "A experiência do **Self** sempre se constitui numa derrota para o ego" escreveu Jung em **Mysterium Coniunctionis**. Em seu comentário sobre o livro de Jó (**Answer to Job**), Jung esboça as características do "arquétipo de jó": "1) Um embate entre o ego e a Personalidade Maior (Deus, Anjo, Ser Superior); 2) uma chaga ou o sofrimento do ego como resultado do embate; 3) a perseverança do ego que resiste ao ordálio e persiste em escrutar a experiência em busca do sentido dela; e 4) uma revelação divina por via da qual o ego é recompensado com alguma introversão na psique transpessoal."<sup>4</sup>

Para Paul Ricoeur, "a consciência de si não pode mais se identificar com a certeza imediata do 'eu', com a presença e transparência imediatas do 'eu' a si mesmo ..."<sup>5</sup> Teria sido a obra da intencionalidade romper "com a identificação cartesiana entre consciência e consciência de si" (**id.**).

d) **Mediações.** O imediatismo entre o sujeito e a raiz de sua diretividade pode não ser total ou, pelo menos, sofrer intermediários. Em seu livro **Introdução à inteligência do passado e do futuro do Cristianismo**,<sup>6</sup> Marcel Légaut distinguiu entre as

"religiões de autoridade" (que acentuam a mediação hierárquica) e as "religiões de apelo", lembrando a aspiração ético-mística examinada por Henri Bergson em **As duas fontes**. Na opinião de Jean-Claude Barreau, a moral do Evangelho é tipicamente uma ética religiosa de apelo, ao passo que a encíclica **Veritatis Splendor** de João Paulo 2 exprimiria uma moral de autoridade.<sup>7</sup>

A referência não apenas a uma ordem do além, mas ainda às determinações mais concretas de sua execução, promulgadas por uma instância superior, é considerada indispensável ajuda para uma e ameaça à autonomia pessoal por outros.<sup>8</sup> A psicanalista Marie-Colette Boisset, zelosa pelo repatriamento das decisões éticas, observa: "Alguns fiéis caem de inanição por ouvir o som sepulcral da lista dos preceitos que devem observar para não cair fulminados por Deus. Esta é a prática de todas as hierarquias que assumem definir as fronteiras do bem e do mal, derresponsabilizando e alienando simultaneamente seus súditos... (Em contexto de secularização) a religião teve tendência a evacuar o sagrado para especializar-se na guarda vigilante de uma boa moral para seus fins."<sup>9</sup> Este severo juízo não deve ser generalizado, mas tomado como advertência a respeito de ocorrências reais. No âmbito da fé católica, no espaço intermediário aqui evocado, situa-se a ação do "berger" (líder-fundador) dos grandes grupos carismáticos, que têm o sucesso que sabemos, com não poucos riscos de escorregar de uma liderança espiritual-ascética para um totalitarismo sacralizado, ignorante do for interno e dos direitos humanos de suas ovelhas ou seguidores, hipnotizados pelo carisma (que, em geral, não nasceu corrompido) do chefe e o absoluto de uma Palavra que lhes vem de fora, do mais alto.<sup>10</sup>

2) **EU.** a) **Abordagem psicológica e psicanalítica.** O eu se parece o lugar central e normal do sujeito moral, mas as posturas dos eticistas não são unânimes a este respeito. Os manuais clássicos de moral não hesitam sobre a identificação deste sujeito moral, mas Freud deu a entender que ele é fruto de um complexo processo, a partir do **Id**. O lugar, o trono vale dizer, em que nasce o sujeito moral é para Freud o tripé **Id**, **Superego** e **Real**, isto é, uma convergência dialética entre um fundo inconsciente, uma projeção paterna e a circunstância do resto do mundo como experiência. Isto num amalgama personalizado, atropelado pelo Édipo e alguns outros eventuais complexos, Em **Novas conferências introdutórias sobre psicanálise**,

Freud fala no **superego** como sendo uma estrutura englobante que compreende três funções: auto-observação, consciência moral e função de ideal. Posteriormente, foi frisado o lado pelo qual o superego introjeta dentro da pessoa algo que lhe vem de fora. Mas, como detalha o **Vocabulário de psicanálise** de Laplanche e Pontalis, estas palavras não tiveram o mesmo sentido para todos os analistas. Neste contexto, será que podemos falar do inconsciente como de um lugar do sujeito moral? Não se tivermos em mente que o próprio Freud caracterizou o inconsciente pela "ausência de negação, de dúvida, de grau de certeza; indiferença perante a realidade e regulação exclusivamente pelo princípio de desprazer-prazer".<sup>11</sup>

Jean Piaget seguiu uma outra metodologia para discernir as etapas da constituição do sujeito moral: afinal a psico-sociologia, estrutural ou não, é capaz de completar a abordagem analítica.<sup>12</sup> O sentido de responsabilidade que estrutura a consciência do agente maduro, não é inato e requer processo de internalização. "A criança de tenra idade está dominada por uma concepção social da culpa. Ela se preocupa unicamente, ou quase, com sua publicidade. Uma culpa ignorada lhe parece infinitamente menos grave que uma falta descoberta e uma mentira que passa crida não é mentira. Sua vergonha é sobretudo social..."<sup>13</sup> É difícil dizer melhor que o sujeito moral não está ainda incorporado na criança.

b) **À procura da autoregulação: Sartre.** A dinâmica da constituição do sujeito moral permite várias abordagens. Negador da natureza humana, Sartre investiu seu humanismo na liberdade constitutiva do sujeito. O fato de não ter tido pai liberou-o do superego que lhe imporia normas de fora, conta Sartre em **As palavras**; isto lhe providenciou a liberdade, ele insiste: "Se seu pai tivesse vivido, eu teria sido esmagado por ele. Felizmente, ele morreu muito moço. Atravessei os mares sozinho, detestando esses pais invisíveis dominando toda a vida de seus filhos," Em seu primeiro escrito genuinamente filosófico, **Ensaio sobre a transcendência do Ego**, Sartre critica o "eu transcendental" de Husserl, visto como "estrutura da consciência absoluta". Para o autor de **O ser e o nada**, é uma ilusão acreditar que temos um epicentro que organize nossas percepções, a menos que se trate da liberdade individual. O Orestes de **As moscas** disse a Electra que "todos os homens devem inventar o seu próprio caminho". De uma maneira mais enigmática, no prefácio aos **Escritos íntimos** de

Baudelaire (1947): "A escolha livre que um homem faz de si próprio coincide de modo absoluto com aquilo que se define como seu destino."

c) **Abordagem m sociológica das doutrinas da libertação.** Outra abordagem da dinâmica da constituição do sujeito é oferecida pelas filosofias e teologias da libertação, muito divulgadas na América Latina em torno de Enrique Dussel, Gustavo Gutierrez e outros. Com forte acentuação sócio-política, esta corrente enxerga a libertação total como objeto e fruto de duras lutas que aprenderam algo da dialética marxista contra a alienação. Trata-se de resgatar o sujeito moral tido como refém no campo dos opressores, Na perspectiva de uma processo libertador, até Paul Ricoeur deve ser mencionado, após Emmanuel Mounier, cada um no condicionamento de seu meio e pensamento.

d) **A trajetória da formação do sujeito moral é falível.** Por se enganar de ideologia ou de guru, ou ainda de inimigo alienador do eu, o indivíduo a procura de si pode errar o caminho do auto-desenvolvimento libertador. A recente seqüência de grupos sectários que se suicidam, por decisão aceita de seu líder, levanta a interrogação sobre o lugar de seu juízo ético: 5 mortos da Ordem do Templo Solar em Morin Heights, Québec (30-09-1994); 48 mortos na Suíça, do grupo de J. Di Mambro (23 em Cheiry e 25 em Granges-sur-Salvan, 5-10-1994); 16 mortos no Vercors, com Vuarnet (15-12-1995); 5 mortos da OTS em Saint-Casimir, Québec (22-13-1997). Os 39 suicidas do Rancho Santa Fé de San Diego tinham uma orquestração dirigida por Marshall Serff Applewhite, numa perfeita sintonização individual que os fazia felizes (Califórnia, março de 1997). Como não explodiria a capacidade de auto-análise e discernimento de uma consciência carente de formação, vagueando pelos caminhos da permissividade educativa e da impunidade cívica?

e) **O fim e os meios do eu.** O mesmo sujeito moral tem de selecionar o fim e os meios de sua atividade, mas os ingredientes da escolha e suas implicações são bastante diferentes nos dois casos. A eleição do fim vem de lugar mais profundo, a opção pelos meios depende de recursos mais casuais. É banal reparar que a primeira geração de uma nova religião, seita ou agremiação qualquer, é mais zelosa, empenhada, ardente e fiel que as seguintes. Muitas entidades, inclusive instituições religiosas, desaparecem ou se cindem pouco após a primeira geração. Os fatores

envolvidos são, com efeito, diferentes, quanto ao nível de engajamento, de necessidade e de constrangimento. Na opção pelo fim, o sujeito compromete o tudo de seu destino e o sentido de sua pessoa: é a atração positiva de um Bem-em-si que se fez bem-para-si. O fundador empolga (ou rechaaça), mas, em geral, pouco cuida da logística, da organização do dia-a-dia; evita ao máximo os decretos de aplicação de suas profundas orientações. São estas determinações que constroem a vida diária e pesam com o tempo. Jesus Cristo instituiu a ceia eucarística como testamento de amor e partilha fraterna, penhor de redenção; mas deixou sua Igreja (isto é, sua hierarquia) baixar a obrigação à missa semanal, ao jejum, à comunhão anual. Jesus deu a seus apóstolos o poder de perdoar os pecados; deixou à Igreja (isto é, à hierarquia), o cuidado de obrigar à confissão anual de todos os pecados, com não poucas exigências anexas. O fundador empolga pelo ideal, maravilhoso, percebido de longe, elevadíssimo; o administrador revulsa pelos seus requisitos de desoladora concretude.

3) O OUTRO, "A quinta província (da Irlanda) não se situa aqui ou ali, no norte ou no sul, no leste ou no oeste. É um lugar dentro de cada um de nós: este lugar aberto ao outro, esta porta rotativa que permite tanto a nós mesmos sairmos de nós quanto nos outros entrarem" discorreu Mary Robinson, presidente da Irlanda.<sup>15</sup>

a) **Abertura ao outro; Max Weber.** Toda consciência é abertura ao outro, saída de si; o próprio eu passa por esta mediação para tomar posse de si. Desta necessária relação ao outro à dependência mais ou menos profundo do outro ou à alienação ao outro ou no outro, desenrola-se um leque que temos de evocar. Para Aristóteles, a mente é capacidade de tudo. Atréadas ao conhecimento, vêm a representação e a vinculação afetiva. A caridade cristã é apresentada como amor a Deus e a todos os seres humanos; alguns perguntam-se qual será um amor tão abrangente e dispersivo, mas este é sobrenatural e, radicalmente, quer o bem e a salvação de todos.

Mais vivenciado é o amor dos próximos, da família, do clã; além dos círculos mais restritos, o elan do amor, como a capacidade de conhecimento perdem força. A sociedade civil, feita de famílias para Aristóteles, de cidadãos para as republicanas modernas, tem de construir núcleos intermediários para criar tecido sustentável: entidade de produção, vizinhança, sindicatos, partidos, agremiações esportivas, seitas e Igrejas. Ninhos de apoio indispensáveis, excepcional-

mente contraproducentes. "A consciência satisfeita dá o gosto de pertencer a seitas de puros, de hereges, de iniciados; daí seu desenvolvimento nas épocas de crise."<sup>16</sup>

A preocupação pelo outro supera o narcisismo da prepotência individual na perspectiva da responsabilidade. Ao passar do si ao outro, o amadurecimento da responsabilidade efetua importante passo, abrindo-o sobre a dialética, vulgarizada por Max Weber, da ética de convicção (promoção do eu) e da ética de responsabilidade (com saída de si). "A ética de convicção e a ética de responsabilidade não são contraditórias; completam-se mutuamente e, juntas, constituem o homem autêntico, isto é, um homem que pode pretender à vocação política." Vale dizer que nesta perspectiva o sujeito moral ultrapassa, precisamente na sua dimensão ética, a localização unilateral do corpo animal; ele está como dividido entre a ética de convicção, cujo **locus** é sua corporeidade animada, e os **loci** de sua responsabilidade. Menos acertada foi a trilogia de estilos proposta por P. Jonguelet: a denúncia Profética (que dimana da ética de convicção), a construção política (que exprime uma ética de responsabilidade) e a irradiação espiritual (cujo nascente é a transcendência divina).<sup>17</sup>

b) **Dussel, Lévinas, Girard.** As correntes da filosofia ou teologia da libertação fizeram um passo a mais na localização da consciência ética nos outros, especialmente nos pobres excluídos e outros marginalizados. Esta postura tem uma inspiração evangélica, mas encontra-se em outros lugares e está desenvolvida por Dussel, Gutierrez e outros. "O ponto de partida da ética da libertação: evidência vivencial ética da interpelação do pobre"<sup>18</sup>. Enrique Dussel volta frequentemente sobre a alteridade no fundamento de sua ética. O terceiro capítulo do seu livro **Para uma ética da libertação latino-americana**, notadamente, ao tratar da "exterioridade metafísica do outro", deixa claro que o espaço de emergência do sujeito moral é o outro, não reduzido ao mesmo.<sup>19</sup> Uma versão mais psicológica do que ética ou política desta dependência se encontra na obra de Carl Rogers.

Falar-se-ia em "outro participado"? Ao construir sua explicação sociológica e antropológica em torno do **desejo mimético**, René Girard reconhece também que o agente moral excede os limites individuais. A escolha do objeto do desejo, do querer, não está decidida no sujeito tanto quanto no outro que o fascina:

alienação radical, geralmente mais instintiva do que consciente de que ninguém se queixa, nem as elites ansiosas por seguir as últimas modas, nem as massas, que aderem aos chavões ideológicos sem o perceber. O que é o sacrifício do bode expiatório (outro tema-chave da obra de René Girard) senão o rito pelo qual o agente moral não só declara, mas realiza o afastamento das decorrências do mal longe de si e da própria responsabilidade (pessoal ou coletiva)? O eu promove-se juiz irresponsável.

Muito maior, pelo menos na área da especulação das idéias, o passo efetuado na obra de Emmanuel Lévinas.<sup>20</sup> Com ele, o lugar do sujeito moral (e até ontológico) é realmente o outro, descoberto no seu rosto. O outro tanto fascina a consciência moral quanto a desperta: o sujeito torna-se responsável pelo outro (o torturado pelo carrasco). Tal tarefa é mais fácil de glosar do que de viver, mas seu processo teórico não deixa dúvida: o outro é quem faz o agente ético.

c) **Abdicação ao outro individual ou coletivo.** Cabe insistirmos sobre uma alienação já mencionada. A alienação da consciência individual processa-se em geral à sombra de uma referência transcendente de natureza religiosa ou mítica. O lugar eminente da inalcançável divindade projeta-se numa pessoa tangível que representa o Pai, a Palavra, a Lei, ou o Espírito da irrecusável inspiração. Se os últimos papas estão acima de qualquer suspeita, este não é o caso de todos os líderes carismáticos, como temos aludido. A consciência moral de certo número de seguidores parece situada na pessoa do "Berger" (evitamos traduzir por "pastor", que sugeriria uma conexão inexistente com os ministros do protestantismo). Este **berger** encarna literalmente, os olhos de alguns seguidores, uma vocação espiritual universalista. Na situação francesa, mais estudada: "A espiritualidade da 'Comunidade das beatitudes' alimenta-se nas tradições judaica, católica e ortodoxa. Entende prefigurar o Reino de Deus, a Igreja do fim dos tempos. A 'Teofania' trabalhava para a Renovação da Igreja e a salvação do mundo. Para o 'Pão da Vida', trata-se de formar um só Povo em torno da eucaristia (outro lugar sagrado notável). O 'Emmanuel' significa uma comunidade cujo centro é Deus. As 'Fundações do Mundo Novo' têm título explícito..."<sup>21</sup>

4) O NÓ COMUNICATIVO. A corrente pragmática não pode nem deixar de se adaptar às situações, sem muito preconceito, nem fugir do diálogo que

interconecta as pessoas para que formem juntas uma sociedade, um ethos e uma cultura. As ciências humanas e o impacto moderno das telecomunicações deram alas de vento a Apel e sobretudo a Habermas para situar no espaço da comunicação o sujeito que desperta para a eticidade e, mais ainda, o lugar da decisão ética. A "ética do discurso" de Karl-Otto Apel evoca uma "fundamentação transcendente-pragmática" que se abrigaria por trás do discurso (de quem?): a comunidade ética teria uma virtual profundidade ética de que carece o indivíduo.

A ética global pela qual Hans Kung milita de maneira esclarecida<sup>22</sup> é particularmente desejável no setor hoje em destaque da bioética,<sup>23</sup> mas encontra forte resistência, notadamente por parte de grupos religiosos que alimentam culturas integristas. Este crescente desafio está enfocado na obra de Samuel P. Huntington.<sup>24</sup>

O nexos construtor da intercomunicação encontra-se na argumentação que, das profundezas da consciência individual dirige-se às profundidades da consciência dos parceiros. A argumentação, como princípio de solução das perplexidades individuais e das divergências sociais, não apenas possui a semente que poderia superar o princípio da lei do mais forte, mas ainda consegue articular o respeito pelo princípio da autonomia individual com o desejo de sociabilidade pacífica. Como disse L. Ferry, a argumentação leva o indivíduo a se aprofundar e a sair de si: "argumentar é procurar em si-mesmo razões de se convencer e de convencer os outros... "A força da evidência argumentativa não é recebida como constrangimento externo; alimenta-se também com as intuições do outro, em busca de uma nova tradição comum, quando desmoronou (a partir de Rousseau, segundo Ferry) a idéia de que existe uma natureza humana comum, que o homem ético teria de descobrir, respeitar, realizar. A discussão é, pelo menos em princípio, profundamente igualitária, porque opera a união ou convergência dos espíritos, não a prepotência do sofista, mas a pujança do argumento, de qualquer pessoa que ele vier (a prática, evidentemente, matiza).

Ainda neste evocar das relações sociais, mas com um espírito diferente, M. -D. Philippe situa o surgir da moral no espaço da descoberta da amizade, vivência personalizada e personalizante (sem os excessos verbais de Lévinas). M. -D. Philippe invoca Aristóteles: os anciãos fazem da amizade cívica o liame e ideal eminente da cidade, gerador de uma

política autenticamente social que parece se ter afastado das nossas bordas.<sup>25</sup>

5) O COSMO. Alargando ainda nossa visão do lugar onde se cozinha a normatividade ética e se forma o sujeito agente, encontramos vários enfoques do papel cósmico.

a) **O cosmo das repercussões da ação.** Aqui situamos as éticas de responsabilidade, isto é, que valorizam a focalização das prováveis decorrências do agir como espaço da emergência da responsabilidade que significa ética. Os nomes que nos vêm à mente são notadamente os de Hans Jonas (**Prinzip Verantwortung**) e de Edgard Morin (**Ciência com consciência**). Ao inverso, a decisão do primeiro ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, de construir moradias judias em setor palestino de Jerusalém é tipicamente uma decisão surgida no espaço de uma consciência que recusa levar em conta as dramáticas decorrências de um ato que ameaça um processo ainda titubeante de paz no Oriente Médio. Radicalizando ou ampliando este lugar da irradiação moral, pode-se falar em lugar cósmico.

b) **O cosmo do budismo e da Nova Era.** O mecanismo do **karman** exprime perfeitamente o título do cosmo a ser o lugar da consciência ética da humanidade passada, presente e futura. Todo ser vivente que reencarna obtém na incorporação seguinte a justa remuneração do valor moral de sua anterior existência.

Não é impossível observar em outras sistematizações éticas sinais deste lugar cósmico como sendo o único que permite ao agente moral agir com pela sintonia - pelo menos virtual - com seu envolvimento total. É o que decorre desta observação de H. Duméry sobre Blondel: "O primeiro caráter da filosofia da ação é descobrir na própria natureza o ponto de partida da ordem espiritual e livre. O sujeito enraíza-se no universo. Apóia-se sobre a organização cósmica para transpô-la em sistema inteligível."<sup>26</sup> Seria fácil desenvolver este ponto de vista com a obra do Pe. Teilhard de Chardin.

O lugar cósmico do sujeito moral não é muito comentado na Gnose de Princeton, este consenso implícito de cientistas de várias disciplinas que refletiram sobre a transcendência.<sup>27</sup> Não é duvidoso que eles acreditam também numa certa norma cósmica de alcance ético. Estamos aí muito próximos do universo da Nova Era, pólo de atração da cultura do terceiro

milênio. O sujeito moral se dilui às dimensões cósmicas que unificam tudo no mesmo sistema de vibrações, numa perpétua criatividade, holística como se deve. Bastará aqui citar o competente autor de **O tao da física**, Fritjof Capra. No seu livro posterior, **O ponto de mutação**, lemos: "(Nosso) conceito relativo de livre-arbítrio parece ser compatível com os pontos de vista das tradições místicas que exortam seus adeptos a transcender a noção de um 'eu' isolado e tomar consciência de que somos partes inseparáveis do cosmo em que estamos inseridos. O objeto desta tradições é o completo desprendimento de todas as sensações do ego e, em experiência mística, a obtenção da fusão com a totalidade do cosmo. Uma vez alcançado este estado a questão do livre-arbítrio parece perder todo o seu significado. Se eu **sou** o universo..."<sup>28</sup> "Na concepção do mundo que produz esta ética, a antropologia se faz humilde. Se alguma confirmação fosse necessária, bastaria consultar o breviário do **New Age** que ainda é **A conspiração aquariana** de Marilyn Ferguson<sup>29</sup> que intitula seu capítulo 7 "o poder correto". A ética é a descrição mecânica do poder correto exercido pelo agente moral. Para desfazer todo equívoco, o capítulo 11 aponta o sentido da aventura espiritual: "Conexão com a Fonte". A Fonte é o grande e divino. Todo em auto-processo de transformação, evidentemente holístico.

Reparamos a afinidade do que precede com a postura budista que, afinal, mais se aproxima de um naturalismo cosmológico do que de uma transcendência religiosa. Nele não há lugar para conceitos tais como pecado, graça, redenção. A ética torna-se então parte da física fenomenológica, quântica, apesar de um ritualismo cujo funcionalismo pode nos equivocar. O cosmo não é apenas nosso berço e nosso túmulo, nosso Pai e nosso Absoluto, o lugar de nossos renascimentos até nosso total desaparecimento nele, é também e desde já o lugar comum do nossa subjetividade ética,

Este esboço tipológico não esgotou nossa procura do lugar do agente moral. Sobram algumas questões e alguns autores ainda não situados.

### III. TOPOLOGIA ÉTICA

A escolha do lugar da emergência da moral é para cada cultura ou autor, para não dizer para qualquer agente, um dado espontâneo, vinculado a sua concepção global do real e do mundo. O corpo é

situado, mas também a mente, pelo corpo e a cultura decorrente. Na sua união, o indivíduo olha o mundo como campo de sua potencial ação, espaço de liberdade condicionada, estruturado a partir do local onde se situa o sujeito moral. Deste posto de observação, algumas características do mundo ético ficam em destaque e outras quase invisíveis. O choque das culturas, histórica e profeticamente anunciado por Huntington, resulta, no fundo, das divergências de chão ético alimentadas pelas diversas religiões e histórias culturais.

O ethos é o lugar social do agente ético como a cultura é o invólucro do próprio ethos. A natureza evolutiva do ser vivo insere o agente moral numa genealogia que se torna história na altura de sua consciência. A investigação do lugar do sujeito moral não pode evitar este tópico da genealogia da moral.

1) GENEALOGIA, LUGAR OU NÃO-LUGAR? Na pegadas de Nietzsche, eticistas gostam de circunscrever o lugar do farol que ilumina o sujeito moral e de procurar os antecedentes deste fenômeno.<sup>30</sup> Michel Boucault renovou a metodologia da pesquisa genealógica e arqueológica no campo das ciências bio-humanas.<sup>31</sup>

Com ou sem luz freudiana, o lugar do aparecimento da moral parece ser freqüentemente um não-lugar, uma falha, um vazio do ser e da regulação que chega a despertar a atenção do indivíduo. A atual crise da moralidade, que se manifesta em inúmeros inquéritos e processos de diversos continentes, denota uma carência que pode suscitar anti-corpos sadios. A prolongada ausência de moralidade leva a antinomias espontaneamente insolúveis: a sustentabilidade do mundo o propriamente humano reside na moralidade, independentemente de todo culto da virtude pela virtude. A ausência do regulação ética, no indivíduo ou na sociedade, cria um espaço vago que acaba suscitando mal-estar e vertigem, atrativos para uns poucos, nocivos para todos, a menos que sirva de vacina para o resgate do ético. O surto da nova moralidade fica então por conta da mente, mas em virtude de seu condicionamento no lugar evocado dos poucos aos quais é revelado que o lugar de seu ser moral é o não-lugar do nada; mas isto remete à outra perspectiva.

2) A UTOPIA. O **no-man's land** do Paraíso perdido foi ou é o terreno de emergência de não poucas éticas nascidas de ideologias, quanto não de sonhos de

felicidade definitiva e reconciliação universal. Uma fé escatológica ou uma inflamada ânsia pela paz mundial deixou memoráveis esquemas éticos, de Platão até o marxismo, passando por Kant, Tomás More e Gracus Babeuf. Fruto imaginativo brotado do inconsciente individual e coletivo, a utopia deve assumir o papel de lugar ético para operar como força da história, empolgando agentes humanos em torno de metas sustentáveis ou não. Entre os mais célebres inspiradores de utopias figuram e se destacam Hegel (1770-1831) e Nietzsche (1844-1990).

3) O DEVIR HEGELIANO. Para Hegel, a consciência é "o aparecer do Espírito", a expressão do Absoluto. "Os grandes homens da história são aqueles cujos fins assumem a vontade substancial do Espírito do mundo (**Weltgeist**)" lemos em **Razão na história**. Para Hegel, a determinação absoluta do espírito consiste em ter a liberdade como seu próprio objeto, a fim de ser para si.<sup>32</sup> O autor da **Fenomenologia do Espírito** pede à liberdade, aspirar à liberdade, como Nietzsche pedirá à vontade querer a vontade (Sartre contentou-se em reparar que somos condenados à liberdade). O perigo da liberdade hegeliana é de ver seu lugar invadido por um Estado que, talvez, não a respeitará. No fim da primeira parte de seus **Princípios da filosofia do direito**, Hegel fala na "passagem do direito à moralidade subjetiva", mas no fim da segunda parte ele trata da "passagem da moralidade subjetiva à moralidade objetiva". Hegel concebe o desabrochar do Espírito através da constituição do Estado que assume e ultrapassa as consciências individuais, lugar transcendente situado além da consciência do eu. "Trata-se de um elemento em si eterno e divino, inerente aos indivíduos. É a moralidade subjetiva (**Moralität**), a ética coletiva (**Sittlichkeit**), a religiosidade. O fim da Razão realiza-se pelos indivíduos. O homem é fim em si apenas pelo divino nele, lemos em **A razão na história**. Hegel falou a respeito deste lugar em **Razão** e, posteriormente, em **liberdade**, Razão e liberdade situadas acima dos indivíduos. "No Estado, a liberdade torna-se objetiva e realiza-se positivamente" (**idem**).

4) ALÉM DO BEM E DO MAL: NIETZSCHE. Num dos aforismos que seguem **Assim falava Zarathoustra**, Nietzsche escreveu: "quanto limitado o ponto de vista moral: Cada indivíduo contribuiu em toda a existência cósmica, quer saibamos ou não, quer queiramos ou não." Mas o próprio cosmo parece esperar ser dominado pelo superhomem de amanhã.

No entanto, o filósofo critica a projeção no céu dos objetos tratados pela metafísica, pela ética e pela religião: em **Humano, demais humano** (1878), **Aurora** (1881), **O Gaio saber** (1882), ele opõe-se à separação falaciosa do fenômeno e da coisa em si, o além divino esvaziando a substância do ser humano. O homem tem de se reapropriar de seu bem ao criar seus próprios valores. Feuerbach quis também reapatriar o lugar ético exilado numa divindade mítica para seu lugar no ser humano. Para Nietzsche, os valores são catalizados pela "vontade do poder" comentada nos últimos escritos: **Assim falava Zarathoustra** (1885), **Além do bem e do mal** (1886), **Genealogia da moral** (1887), **A vontade de poder** (póstumo). Aí o lugar do agente moral sai do indivíduo e o precede no caminho da história: o **super-homem** é o lugar em que a consciência moral poderá enfim repousar; aí já ela se exprime, rejeitando atrás a mesquinha preocupação da consciência alienada pela pretendida verdade, pela virtude cristã, máscaras dos fracos.

#### IV. CONCLUSÕES

1) DA CONSCIÊNCIA INDIVIDUAL DO DEVER À PRESSÃO SOCIAL MEDIÁTICA, O desmoronamento do dever, portanto da ética do dever, não é sociologicamente duvidoso. O problema é portanto o de saber como se dirige o homem da modernidade pós-dever. Em sociedades disciplinadas que introjetaram durante séculos uma ética do dever, subsiste uma ética da lei civil. Se lei civil é globalmente respeitada e obedecida nos países anglo-saxões, em outras regiões ou meios, quem obedece à lei (feita como ferramenta, nas mãos dos advogados, para combater os inimigos) passa freqüentemente como sinal de burrice mais do que do juízo. Quando define a consciência moral, dificilmente a norma civil pode ser considerada como sua substituta. Ficam o problema e o desafio dos critérios e valores das escolhas. Na selva do cada um por si e da permissividade ostensiva, coroada pela tradição da impunidade, a influência da mídia não é desprezível. Não raramente, por um lado ela excita de mil maneiras à violência, que ela documenta fartamente, inclusive ao vivo, fazendo de conta, por outro lado, combatê-la. Nesta mídia, algumas poucas vozes ainda são lugares da consciência moral da sociedade.

Perpassando a desmitização secularizante, algumas correntes, ao tratar a ética como disciplina

positiva de descrição sociológica do ethos social, assinam o boletim neurológico do dever. Ilustram o desmoronamento da ética do dever não apenas a lúcida sociologia dos novos valores éticos descrita por Gilles Lipovetsky,<sup>33</sup> mas ainda contribuições como a de Luis Alberto Peluso, que procurou demonstrar que a discussão sobre a justificabilidade dos juízos morais envolve uma questão para a qual não dispomos de uma resposta conclusiva,<sup>34</sup> ou ainda o livro de R. M. Hare<sup>35</sup> que conclui centenas de páginas pela constatação, um tanto trivial, que "um dos propósitos principais da investigação ética" é mostrar que "os juízos morais proporcionam razões para agir de uma forma em vez de outra".

Na melhor das hipóteses, o dever introjetado do além que sumiu seria substituído por um conformismo social, elaborado ou não como consenso da vontade geral. Restaria saber se os salários que se votam os representantes do povo exprimem realmente a vontade geral. No **Contrato social**, Rousseau lançou a idéia da "vontade coletiva" que teve enorme sucesso em politologia, mas permanece de delicado tratamento. Em tese, a mais perfeita vontade coletiva seria a dos esposos que dizem "nós". Marie Balmory, entretanto, uma psicanalista católica que aprendeu o hebraico para fazer exegese bíblica vivencial, fornece indícios semânticos para registrar o fracasso deste **nós**, desde logo após o pecado do primeiro casal. Em Gênesis 2, 24, antes do pecado vemos que Adão e Eva formam o protótipo de um casal em que "um homem deixa seu pai e sua mãe, se une à sua mulher, e eles se tornam um só carne" trecho que Mateus cita em 19, 4, com estas palavras, na tradução da Bíblia de Jerusalém: "O homem deixará pai e mãe e se unirá à sua mulher e os dois serão uma só carne." Mas depois da queda, a bíblia não usa mais a palavra **davaq** (que significa juntar, grudar, unir), mas a palavra **iada**, que significa "conhecer" (com o sentido sexual conhecido na bíblia), com o homem como sujeito; a mulher passou então, na interpretação de Marie Balmory, a ser simples objeto, instrumento, frustrando a construção do **nós**. Esta autora acrescenta: "Em qualquer trecho bíblico em que é dito o homem conheceu a mulher, nunca eles se tornam juntos uma só carne (como era previsto antes da queda). Quando um conhece o outro sem reciprocidade, a unidade dos dois não se realiza."<sup>36</sup> Tanto pior para o núcleo familiar, célula fundamental da sociedade ideal.

2) A PÓS-MODERNIDADE DO PÓS-DEVER. O mundo virtual, em que as comunicações acabam

prevalecendo sobre os comunicantes, pulveriza a responsabilidade e proporciona certo sumiço da consciência moral, porque só o mundo real é dramático, o resto sendo aparentado aos sonhos ou, quanto mais, às representações mais ou menos fantasmagóricas. Será a responsabilidade moral um puro efeito do imagens e miragens, como ontem podia dissolver-se na retórica de efeitos de palavras? Impressiona a unanimidade com que os suspeitos de fraudes, indiciados por corrupção e acusados de crimes afirmam sua inocência com cara de anjo e com o tom da mais absoluta sinceridade: sabem que celebrarão com pizza a falta de prova que justifica o arquivamento. "Prova" num mundo da oralidade em que os vestígios escritos são cobertos por obstinado segredo e em que as testemunhas calam por medo de vingança? É como se não apenas o pecado e a culpa tivessem deixado um mundo passado a limpo, mas, antes talvez, como se a consciência moral tivesse desertado o lugar dos consciências individuais. Para onde ele se teria refugiado? Provavelmente na sociedade em bloco, cujas estruturas "injustas e pecaminosas", amplamente denunciadas, anistiam as consciências individuais. Virtuoso e despojados de consciência individual unem-se para denunciar um sistema de que ninguém se sente responsável; projetam na sociedade, quer política quer econômica (a globalização), tanto o peso das disfunções éticas quanto o cuidado de sancioná-las.

Diante de novos problemas ou de velhos desafios não resolvidos, como ouvir a voz da genuína moralidade? Luc Ferry, brilhante filósofo contemporâneo, levanta a questão, mencionando, a título de exemplo, a questão da manipulação do genoma humano. Vamos ou não modificar o genoma humano, nem que seja para tentar eliminar certas doenças genéticas? Ferry admite não ter resposta pessoal, mas declara haver dois encaminhamentos acessíveis. Ora, a volta para algum dogmatismo ou fundamentalismo, que ele, agnóstico esclarecido, rejeita; ora a discussão pública, argumentada. Os ensinamentos de Apel e de Habermas de um lado, as experiências positivas dos Comitês de bioética por outro lado, apontam para este novo **locus** da avaliação moral, herdeiro do **forum** greco-latino. A consciência cívica, comum, não precedeu a consciência individualista, exaltada nos direitos humanos da modernidade? Rendemo-nos à sábia observação de Luc Ferry: "A argumentação é, no fundo, a única operação intelectual que forneça o equivalente, entre os modernos, portanto num mundo

individualista, daquilo que era a tradição entre os antigos, os tradicionalistas ou os fundamentalistas."<sup>37</sup>

Aceitamos esta modernização do lugar da decisão ética, pelo menos a consolidação de um lugar privilegiado, hoje em justo destaque, não sem acrescentarmos que ele não vale para todos os desafios que uma pessoa enfrenta em sua existência individual (cada comitê de ética, médico ou político, tem uma competência circunscrita e específica) e, sobretudo, está na dependência das arbitragens individuais, apesar de estas serem condicionadas por grupos de pressão e meios de informação fragmentários e falíveis. Quer dizer, temos consciência de voltar ao ponto de partida, numa volta movimentada. Partimos da consciência esclarecida do sujeito moral estampado nos manuais clássicos e da ética eclesiástica, passeamos por uma porção de lugares reais, virtuais ou ermos, individuais ou coletivos, eminentes ou transcendentais, para, finalmente, reconhecer na consciência individual, por enferma que seja, o lugar normal da formação do juízo ético. (Quando se passa da teoria ética para a moral vivenciada, maior ainda se impõe o papel insubstituível da consciência individual, que se deseja informada sobre seus demônios e sobre os atalhos de perdição ou alienação, informação, crítica, reflexiva graças à virtude intransferível da prudência pessoal. A própria existência ou sobrevivência, porém, deste sujeito está em questão.

3) O SUMIÇO DO SUJEITO MORAL. Para a moral, pior do que o sumiço da consciência do dever pode ser o sumiço do próprio sujeito moral. A perda do sentido ameaçou corroer sua sede ontológica. Sacudida pelo genocídio em fase adiantada de realização em Auschwitz (a Shoah) e receando o perigo nuclear (representado por Hiroshima), a geração do meio século 20 entrou num pessimismo arrasador. Antagonizam a eticidade o absurdo no teatro (Ionesco), a incomunicabilidade no cinema (Antonioni), o desespero no romance (Beckett), o não-senso na crítica literária (Blanchot), a revolta nos aforismos (Cioran), a excentricidade conceitual na filosofia (Deleuze), o culto da marginalidade enxofrada (Bataille) e a desafiam os suicídios de muitos pensadores e criadores artísticos (Paul Celan, Primo Levi, Bruno Bettelheim ...) como de crescente percentagem de seres comuns (por ordem decrescente, na Hungria, na França, no Japão, nos Estados Unidos...). O lugar do sujeito moral se dissolve com o sentido da vida e a consistência da verdade.

Em sua tese de 1931, **A ética dialética de Platão**, Hans-Georg Gadamer questionou a significação ética do Filebo e de outros diálogos platônicos; aos poucos Gadamer descobre que o sujeito humano é menos subordinado à eticidade do que à linguagem (**Verdade e método**, 1960). Como decifrar os "sinais" de que Paul Ricoeur diz serem os constituintes da realidade humana?<sup>38</sup> Tais hermeneutas, todavia, acreditam num sentido transcendente do mundo e do sujeito, o qual vai se evaporando na perspectiva estruturalista.

A partir de um "significante" real, estruturas lingüísticas, inconscientes, culturais, sociais, geram significados e sujeitos de pouca ou nula consistência objetiva. O sujeito é como um ponto de interseção de feixes de lazeres ou de holofotes: como pedir a um holograma ser lugar de consciência moral? Os mitos dos ameríndios convenceram Claude Lévi-Strauss da circularidade das crenças, dos ritos, das normas: o sujeito não conta. Incentivado por Hegel e Freud, Jacques Lacan redescobre o inconsciente como "o discurso do outro".<sup>39</sup> Onde encontrar este outro? "Na cadeia significante, a função do eu reduz-se a um **shifter** (palavra do lingüista Jakobson), isto é, a uma unidade gramatical encarregada de apontar um sujeito da enunciação sem o significar".<sup>40</sup>

Partidários de uma "filosofia do conceito" que combate o humanismo da consciência do Sartre e do outros idealistas, Lévi-Strauss, Lacan, Dumézil, Barthes, Vernant e outros demonstram a simples virtualidade de um sujeito que Descartes instalou narcisicamente sobre um trono usurpado. Como conceber um espaço qualquer para a ética nas "máquinas desejantes" de Gilles Deleuze e Félix Guattari<sup>41</sup>? Mais famoso ainda para testemunhar sumiço do sujeito pessoal, Michel Foucault não se cansou de procurar e denunciar, nos diversos espaços culturais, as maquinações e tramitações que produzem eticidade através de uma série descontínua, de **epistemes**.<sup>42</sup> O desconstrucionismo avançou ainda com seus sistematizadores e apóstolos, Jacques Derrida, nascido na Argélia, e Jean François Lyotard. O antípoda da encíclica **Veritatis splendor**, em que João Paulo 2 assenta a ética sobre a verdade, está representado por Richard Rorty,<sup>43</sup> para quem é 'ilusória' toda tentativa de fundamentar a razão sobre um terreno estável ou de acreditar numa lei natural moral. Um companheiro de anarquismo da consciência tem por nome Paul Feyerabend (**Contra o método**,

1975). O que pode ocorrer após o sumiço do sujeito, senão sua ressurreição?

4) **ASPIRAÇÃO DO SUJEITO MORAL PARA VOLTAR EM CASA**. Pode-se discutir se o novo ethos constitui um progresso em relação à antiga eticidade alojada na consciência individual; o fato é que não apenas os valores mudaram com a cultura, mas que a decadência da moralidade, que não poucos observadores constataam e lastimam, exprime-se pela fuga da responsabilidade. A ilustração mais visível deste processo é o número crescente de ações judiciais que fumantes (ou pagadores dos custos hospitalares consecutivos a doenças geradas pelo fumo) intentam contra as companhias fabricantes de cigarros. O fumante rejeita a responsabilidade de seu mal sobre a entidade que ele pagou para satisfazer o desejo próprio; quem, hoje, ignora que "fumar faz mal à saúde", como o Estado exige seja estampado no maço de cigarros? Amanhã o dono de carro roubado exigirá da prefeitura o ressarcimento integral do veículo, pela falta de vigilância policial adequada. Os filhos herdeiros de genes patológicos processarão seus pais para não o terem abortado. Desde já, os criminais, escassamente punidos no Brasil quando têm poder ou bons advogados, começam a "provar", nos Estados Unidos, mediante advogados que encomendam registros de tomografias de emissão de pósitrons (PET), que o funcionamento do seu lobo frontal não parece perfeitamente normal, justificando um veredicto de irresponsabilidade.

Não convém apressar-se em exilar a consciência moral fora do si, mas antes cabe considerar que a alienação, no sentido literal, comporta graus e que certa distância separa dois eventuais, mas importantes, componentes desta consciência moral: o **sentido**, que é uma intuição eminentemente pessoal, e a **ideologia** (ou qualquer vetor de crença), que é uma representação coletiva.

Resgatar o eu ou fugir dele: dilema para o Macbeth moderno. "Estamos sofrendo uma crise de identidade que já dura trezentos anos. Recuamos cada vez mais longe, caçando o ego à medida que ele foge para a floresta, adiante de nós somente um passo".<sup>45</sup> Será a história, o destino, o veículo que nos reaproximarão do eu?<sup>46</sup> De que eu? As pessoas se chocam porque os interesses são conflitivos e as interpretações do mundo divergentes. Mas como a necessária paz não passaria pela auditoria das consciências éticas? Provavelmente o lugar da consciência mundial que há de vir, por falta de religião comum, deve situar-se no lugar, que

esperamos não aparecer virtual, da argumentação em leal e informado diálogo.

Este processo, porém, não pode eliminar o reinado da consciência individual; deve apenas elaborar-se com ela. Liberar a consciência individual de seus condicionamentos não passaria de uma utopia viciosa. Diante dos abusos das alienações que a letargia das ideologias não eliminou, alguns inquietam-se e instigam uma volta decidida à conscientização e responsabilização pessoais. Tal é o sentido da alocação de Václav Havel ao Congresso americano, em 21 de fevereiro de 1990: "A salvaguarda de nosso mundo humano não reside em outro lugar que no coração humano, no pensamento humano, na humildade humana, na responsabilidade humana. Sem revolução global na esfera da consciência humana, nada pode mudar para melhor, e a marcha de nosso mundo para a catástrofe ecológica, social, demográfica ou cultural, é irreversível."

## NOTAS

- (1) S. Blackburn, **Dictionary of Philosophy**, Oxford University Press, 1996.
- (2) Henry Duméry, **La philosophie de l'Action. Essai sur l'intellectualisme blondélien**, Paris, Aubier-Montaigne, 1948, p. 107. "O sujeito deve passar por fora antes de voltar em si" (*Idem*, p. 119). Citação de Blondel em **L'Action**, 1893, p. 356.
- (3) Pierre Protignon, **La philosophie allemande depuis Nietzsche**, Paris, Armand Colin, 1968, p. 161.
- (4) Edward Edinger, **O encontro com o self**, S. P., Cultrix, 1991, p. 14.
- (5) Constança M. Cesar, **Ética e hermenêutica: a crítica do cogito em Paul Ricoeur**, **Reflexão 63: Ética III**, Campinas, PUCCAMP, 1995, p. 12 s. De P. Ricoeur, sobretudo: **Si-mesmo como um outro** (trad. Papirus, Campinas).
- (6) Paris, Aubier-Montaigne, 1971: **Introduction à l'intelligence du passé et du futur du cristianisme**.
- (7) J. -Cl. Barreau, **Quelle morale pour aujourd'hui ...**, Paris, Plon, 1994, p. 87.
- (8) Em defesa das mediações, afinal necessárias, ver mais adiante: "e) o fim e os meios do eu".
- (9) Em Frédéric Lenoir, **Le temps de la responsabilité**. Entretiens sur l'éthique, Paris, Fayard, 1991, p. 37.
- (10) Testemunhas críveis de tais abusos são consignados e comentados em T. Baffoy e outros, **Les naufragés de l'Esprit. Des sectes dans l'Eglise catholique**, Paris, Seuil, 1996.
- (11) **Vocabulário de psicanálise**, Laplanche e Pontalis, Martins Fontes, p. 237.
- (12) Jean Piaget, **Le jugement moral chez l'enfant**, nova edição, PUF, 1957.
- (13) Emmanuel Mounier, **Traité du caractère**, Oeuvre, t. 2, Seuil, 1947, p. 682.
- (14) **Recherches Philosophiques**, 1936.
- (15) **Indépendant** de 19 de maio de 1991.
- (16) Mounier, **Op. cit.**, p. 729.
- (17) "Conception chrétienne de la paix" em **Chronique sociale de France**, Lyon, 1953, p. 160.
- (18) K. O. Apel, **Reflexão 63**, p. 47. Enrique Dussel, *La razón del Otro*, 1991; 1992: *El encubrimiento del Otro*, 1993...
- (19) Vol. 1, S. P., Loyola, p. 93-145 e vol. 2, p. 71-77.
- (20) Em Lévinas, **Autrement qu'être au-delà de l'essence**, La Haye, Nijhoff, 1974; H. L., "Emmanuel Lévinas, filósofo da alteridade", **Atualização**, Belo Horizonte, XXVI (jan.-fev. 1996) 25-38.
- (21) Na mesma linha, mas dramaticamente extrapolada, o mundo foi o teatro de suicídios coletivos a que aludemos em outra página. Citação do texto: Jean-Paul Sauzet, em T. Baffoy, **Les naufragés de l'Esprit**, p. 310.
- (22) Hans Küng, **Projeto de ética mundial**, S. P., Ed. Paulinas, 1992.
- (23) H. L., **Bioética, novo conceito. A caminho do consenso**, S. P., Cedas e Ed. Loyola, 1996.
- (24) Samuel P. Huntington, prof. em Harvard, diretor do **Olin Institute for Strategic Studies**, "O choque das civilizações?", publicado em inglês em **Foreign Affairs**, Summer 1993 (trad. fr. "Le choc des civilisations?" em **Commentaire**, Paris, n° 66 -été 1994, 238-252, junto com comentários de politólogos: D. Bell; A. Besançon, F. Duchêne, A. Fontaine, P. Hassner, W. Pfaff, G. Sacco, F. Fukuyama). Huntington desenvolveu a idéia em livro publicado em 1997.
- (25) Marie-Dominique Philippe, OP, **Les trois sages**, Paris, Fayard, 1994, p. 98s.
- (26) Duméry, **Op. cit.**, p. 170.
- (27) Raymond Ruyer, **A gnose de Princeton**, original francês, Fayard, 1974; nova edição Librairie Générale Française, 1977; tradução brasileira, Cultrix.
- (28) F. Capra, **O ponto de mutação. A ciência, a sociedade e a cultura emergente**, S. P., trad. Cultrix, 1989, p. 363.
- (29) Tradução brasileira, Rio de Janeiro. Record, 1980.
- (30) Jeffrey Minson, **Genealogies of morals**, Londres, MacMillan, 1988.
- (31) Michel Foucault, **O nascimento da clínica**, RJ, Forense-Universitária, 1977 (original francês, PUF, 1963)...
- (32) **Linhas fundamentais da filosofia do direito**, 27.
- (33) G. Lipovetsky, **Le crépuscule du devoir. L'éthique indolore des nouveaux temps démocratiques**, Paris, Gallimard, 1992 (existe trad. espanhola).
- (34) "A ética entre o ceticismo e o positivismo: a questão da justificabilidade dos juízos morais", em **Reflexão 63: Ética III**, PUCCAMP, 1995, 23-43.
- (35) R. M. Hare, **A linguagem da moral**, trad., S. P., Martins Fontes, 1996.
- (36) Marie Balmory, **La divine origine. Dieu n'a pas créé l'homme**, Paris, Grasset, 1993, p. 189.
- (37) Em F. Lenoir, **Le temps de la responsabilité**, Paris, Fayard, 1991, p. 217.
- (38) P. Ricoeur, **Essai d'herméneutique**, 1968; **O si-mesmo como um outro**, Campinas, Papirus, 1991.
- (39) J. Lacan, *Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse*, Roma, setembro de 1953.
- (40) Christian Delacampagne, **Histoire de la philosophie au XX<sup>e</sup> siècle**, Paris, Seuil, 1995, p. 311.
- (41) Deleuze e Guattari, **Anti-Edipo**, 1972; **Mil platôs, Capitalismo e esquizofrenia**, 3 vol., Rio de Janeiro, Editora 34, 1995-96.
- (42) **Vigiar e punir**, Vozes, 1977; **História da sexualidade**, 3 vol., 1976 s.
- (43) R. Rorty (Princeton, Un. de Virginia), **A filosofia e o espelho da natureza**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.
- (44) A Corte suprema da França rejeitou em 1997 uma ação neste sentido, mas aceita-se ressarcir elevada indenização à mãe da criança malformada, por esta mãe não ter sido avisada do problema no prazo do aborto legal.
- (45) Allan Bloom, **O declínio da cultura ocidental**, S. P., Ed. Best Seller, 1987, p. 216.
- (46) H. L., **Destino e identidade**, Campinas, Papirus, 1989.